

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: AMPLIANDO AS POSSIBILIDADES DE CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR A PARTIR DO OBSERVATÓRIO DE DADOS DE ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS DA PARAÍBA¹

E-mail:
marciatsaeger@yahoo.com.br
mauriciocaio956@gmail.com

Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger², Caio Maurício Guimarães de Oliveira³

RESUMO

A participação dos cidadãos no processo de escolha da destinação orçamentária municipal e no acompanhamento dos gastos públicos é de significativa importância, não apenas por exigir maior transparência por parte dos gestores públicos, mas também, por fortalecer o exercício da cidadania. Nesse escopo, programas como os Orçamentos Participativos (OP) objetivam garantir uma maior aproximação entre cidadãos e governos municipais, de modo que as próprias comunidades possam estabelecer as políticas públicas que consideram prioritárias para o investimento público, além de acompanhar a execução das ações. Para tanto, o acesso à informação pública é primordial, garantindo aos cidadãos o conhecimento sobre todas as ações adotadas no âmbito dos Orçamentos Participativos. Nesse contexto, os gestores públicos têm utilizado cada vez mais os ambientes digitais informacionais como espaço para a disseminação de informações, por meio dos websites e perfis em redes sociais oficiais dos órgãos públicos na internet. Todavia, nem sempre esses espaços informacionais digitais são planejados de modo que a informação seja plenamente acessível aos cidadãos, o que acaba por dificultar a efetiva participação destes sujeitos em todo o processo que compreende a execução de programas como o OP. Nesse cenário, esta pesquisa visa dar continuidade às ações iniciadas em 2022, por meio da criação do Observatório de dados de orçamentos participativos da cidade de João Pessoa/PB. Como continuidade das ações de pesquisa do projeto, pretende-se ampliar esta rede, adicionando outros três municípios paraibanos, que também implantaram o orçamento participativo, a saber: Jacaraú, Pedro Régis e Sapé. Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral criar um observatório de dados sobre Orçamentos Participativos no estado da Paraíba. De modo mais específico, pretende-se: a) apresentar os documentos e legislações que permitam conhecer o histórico dos orçamentos participativos das cidades de Jacaraú, Pedro Régis e Sapé; b) mapear informações sobre os ciclos dos Orçamentos Participativos em cada município investigado; c) apresentar os indicadores de participação popular, por cada região orçamentária dos quatro municípios; d) construir um espaço de interação e troca de experiências com outras iniciativas de observatórios de dados de participação popular. Espera-se, a partir da construção deste observatório de dados, contribuir para a disseminação de conhecimentos existentes no âmbito da democracia participativa local, bem como tornar as informações sobre o OP facilmente acessíveis a todos os cidadãos, viabilizando uma maior transparência na gestão pública e ampliando as possibilidades de controle social e participação popular na gestão dos recursos municipais.

Palavras-chave: Observatório de dados. Orçamento Participativo. Acesso à informação.

¹ Projeto de pesquisa aprovado no Edital 01/2023/PROPESQ - Seleção de projetos de iniciação científica 2023/2024, com uma cota de bolsa PIBIC-CNPq-UFPB, sob o número PVP16631-2023.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal da Paraíba.

³ Graduando do curso de Administração. Universidade Federal da Paraíba. Bolsista CNPq – UFPB – PIBIC.

ABSTRACT

The participation of citizens in the process of choosing municipal budget allocation and monitoring public spending is of significant importance, not only because it requires greater transparency from public managers, but also because it strengthens the exercise of citizenship. In this scope, programs such as Participatory Budgets (PB) aim to ensure a closer relationship between citizens and municipal governments, so that communities themselves can establish public policies they consider a priority for public investment, as well as monitor the execution of actions. Therefore, access to public information is essential, guaranteeing citizens knowledge of all actions taken within Participatory Budgets. In this context, public managers have increasingly used digital information environments such as websites and official social media profiles of public bodies on the internet to disseminate information. However, these digital informational spaces are not always planned in a way that information is fully accessible to citizens, which ultimately hinders the effective participation of these individuals in the entire process that involves the implementation of programs like PB. In this scenario, this research aims to continue the actions initiated in 2022 through the creation of the Participatory Budget Data Observatory in the city of João Pessoa/PB. As part of the project research, the goal is to expand this network by adding three other municipalities in Paraíba that have also implemented participatory budgets, namely: Jacaraú, Pedro Régis, and Sapé. Based on this, the main objective of this research is to create a data observatory on Participatory Budgets in the state of Paraíba. More specifically, the objectives are: a) to present the documents and laws that allow understanding the history of participatory budgets in the cities of Jacaraú, Pedro Régis, and Sapé; b) to map information about the cycles of Participatory Budgets in each investigated municipality; c) to present the indicators of popular participation for each budget region in the four municipalities; d) to build a space for interaction and exchange of experiences with other initiatives of data observatories on popular participation. By constructing this data observatory, the aim is to contribute to the dissemination of existing knowledge within local participatory democracy, as well as make information about PB easily accessible to all citizens, enabling greater transparency in public administration and expanding the possibilities of social control and popular participation in the management of municipal resources.

Keywords: Data observatory. Participatory budgeting. Access to information.

A participação dos diferentes atores sociais – membros da sociedade civil, empresas, instituições não governamentais, movimentos sociais – no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas e gastos públicos é fundamental, sendo primordial, para isso, o acesso à informação pública.

O direito de acesso à informação, enquanto uma garantia constitucional e elemento fundamental ao exercício da cidadania, foi garantido aos cidadãos por meio da Lei nº 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação (LAI), de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011). A referida lei tem como objetivo ampliar o acesso à informação e estabelecer maior transparência no que concerne aos meios pelos quais a administração pública arrecada e utiliza os recursos públicos. A esse respeito, a Controladoria Geral da União assegura:

A informação sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Isto significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público. O acesso a estes dados – que compõem documentos, arquivos, estatísticas – constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade dos indivíduos de participar de modo efetivo da tomada de decisões que os afeta (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2011, p. 8).

Some-se a isso a garantia impressa no artigo 5º, inciso XXXIII do dispositivo constitucional brasileiro, segundo o qual: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2012, p. 5).

Nesse contexto, exemplo de programas governamentais que buscam ampliar as oportunidades de participação popular são os Orçamentos Participativos (OP), cujo principal objetivo é incluir a sociedade nas discussões sobre a utilização dos recursos públicos municipais para o investimento em políticas públicas voltadas para atender às demandas sociais (AVRITZER, 2009; CARLOS, 2015; SANTOS, 2009). Avritzer (2009, p. 37), entende que o OP é uma “[...] forma de balancear a articulação entre representação e participação ampla da população por meio da cessão da soberania por aqueles que a detêm”. Tal participação se dá em uma esfera deliberativa, em que os diferentes atores sociais dialogam com os governos, a fim de escolher como os recursos públicos serão utilizados em prol da solução de problemas públicos (SANTOS, 2009).

Em que pese cada município possuir autonomia para definir as ações e fases que irão compor cada ciclo do OP, existem algumas ações que são comuns a todos eles, atreladas ao próprio objetivo do Programa. Assim, fases como identificação das demandas das comunidades, deliberação coletiva para a escolha das políticas públicas prioritárias, verificação da capacidade de atendimento das demandas por parte da gestão pública, acompanhamento e avaliação das ações, são identificadas em todos os ciclos dos OP.

Analisando-se todas essas fases, e considerando a natureza dialógica dos orçamentos participativos, surgem os seguintes questionamentos: qual o alcance da população de cada município para participar do OP? Como os membros das comunidades têm acesso às informações necessárias para subsidiar as escolhas das políticas públicas prioritárias para a sua

região? Até que ponto as suas demandas são plenamente atendidas? Se atendidas, em quanto tempo?

É possível perceber que as respostas a todos esses questionamentos são fundamentais para embasar as decisões dos cidadãos, não apenas na avaliação dos ciclos vigentes, mas também no planejamento das ações para os próximos ciclos. Depreende-se, portanto, que a organização da sociedade civil para atuar efetivamente nos OP depende, indubitavelmente, do acesso à informação.

Fernández-Falero et al. (2017) e Gutiérrez et al. (2017) comentam que o acesso à informação pública é um direito fundamental, sendo necessário estabelecer meios apropriados para a sua identificação, localização, acesso e uso. Nesse contexto, considerando as possibilidades que a internet oferece para o acesso a um volume crescente de informações, o uso desse espaço por parte da gestão pública para a disseminação de informações que possam subsidiar a participação popular em programas como o OP é de significativa importância.

Todavia, nem sempre a população consegue acessar as informações necessárias à efetivação desta participação social, tendo as possibilidades de exercer o controle social reduzidas a partir das lacunas informacionais que se apresentam. É o caso dos websites das prefeituras de cidades como João Pessoa, Jacaraú, Pedro Régis e Sapé, todas situadas no Estado da Paraíba e que desenvolvem, atualmente, orçamentos participativos.

Nestes websites, são veiculadas notícias sobre as assembleias regionais, indicação de conselheiros regionais e municipais, mapa das regiões orçamentárias, mas não constam informações a respeito de demandas populares, percentuais de atendimento destas demandas ou mesmo números que indiquem os índices de participação dos membros das comunidades nas assembleias. Considerando que tais informações são essenciais para que os cidadãos tenham um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade dos orçamentos participativos em seus municípios, e que os indicadores construídos a partir destes dados podem revelar fragilidades e aspectos que mereçam maior atuação da sociedade junto ao OP, a ausência destas informações revela uma lacuna considerável, oportunizando a ampliação da pesquisa já iniciada em 2022.

A realização desta pesquisa se justifica diante da relevância que o acesso à informação possui para subsidiar a efetiva participação dos cidadãos na gestão e na fiscalização do orçamento municipal, ocupando um espaço que é reservado à sociedade civil nos centros de decisão sobre a busca de soluções para problemas públicos. Isto porque, ainda que a gestão pública implante programas como o Orçamento Participativo, sem o devido acesso à informação, as condições de participação da sociedade junto ao Programa se tornam significativamente reduzidas.

Ainda no escopo das justificativas, a pesquisa se apresentará como uma oportunidade de contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos do curso de Administração que estejam vinculados ao projeto, notadamente em disciplinas como Gestão da Informação e do Conhecimento e Gestão Pública e Social, em que são trabalhados conteúdos relacionados ao acesso à informação e sua finalidade pública, quando atreladas às possibilidades de participação social. Tal melhoria poderá ser ampliada também ao próprio curso e à instituição, na medida em que a pesquisa, atrelada à aprendizagem de conteúdos em sala de aula, poderá criar novos espaços de atuação de estudos de discentes e docentes e até mesmo de atuação profissional dos estudantes.

Espera-se, a partir do atendimento ao objetivo central da pesquisa, contribuir para a disseminação de conhecimentos existentes no âmbito da democracia participativa local, bem como tornar as informações sobre o OP facilmente acessíveis a todos os cidadãos, viabilizando uma maior transparência na gestão pública e ampliando as possibilidades de participação

popular na gestão dos recursos municipais. Espera-se ainda criar oportunidades de interação com projetos de outros observatórios de experiências participativas no Brasil, de modo a fortalecer a cooperação entre estes projetos.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é criar um observatório de dados sobre Orçamentos Participativos no estado da Paraíba. Como objetivos específicos, pretende-se:

- a) Apresentar os documentos e legislações que permitam conhecer o histórico dos orçamentos participativos das cidades de Jacaraú, Pedro Régis e Sapé;
- b) Mapear informações sobre os ciclos dos Orçamentos Participativos em cada município investigado;
- c) Apresentar os indicadores de participação popular, por cada região orçamentária dos quatro municípios;
- d) Construir um espaço de interação e troca de experiências com outras iniciativas de observatórios de dados de participação popular.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada como descritiva e aplicada. Prodanov e Freitas (2013) entendem que as pesquisas descritivas se baseiam na observação, registro e descrição dos fatos, cujos dados são coletados por meio da observação sistemática. Os referidos autores comentam que a pesquisa aplicada “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Tais pesquisas geram produtos ou processos que devem ser aplicados a uma realidade imediata, o que encontra conformidade direta com os objetivos aqui pretendidos.

Como estratégias de pesquisa, serão utilizadas a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A pesquisa bibliográfica subsidiará os estudos sobre os orçamentos participativos, gestão pública participativa e acesso à informação. Já a pesquisa documental será necessária para a análise dos documentos sobre o Programa Você Prefeito da cidade de João Pessoa, o Orçamento Participativo da cidade de Jacaraú, o Orçamento Democrático Municipal de Pedro Régis e o Orçamento Participativo de Sapé. Martins e Theóphilo (2016, p. 53) ressaltam que a principal diferença entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental reside na natureza das fontes, posto que “a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, isto é, materiais transcritos de publicações disponíveis na forma de livros, jornais, artigos, etc. Por sua vez, a pesquisa documental emprega fontes primárias, assim considerados os materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa”.

O campo pesquisado corresponde aos websites das Prefeituras Municipais de Jacaraú, João Pessoa, Pedro Régis e Sapé. Nestes espaços, serão pesquisados documentos e notícias sobre os orçamentos participativos dessas cidades, além de solicitações realizadas nos portais da transparência.

Cumprir destacar que o recorte proposto para a pesquisa foi planejado, inicialmente, para as cidades que compõem o Vale do Mamanguape e a cidade de João Pessoa, sendo esta o primeiro campo da pesquisa. Nesse sentido, de acordo com o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (2018), a região do Vale do Mamanguape é composta por nove municípios, a saber: Baía da Traição, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Mamanguape, Marcação, Mataraca e Pedro Régis. Destas, apenas as cidades de Jacaraú e Pedro Régis implantaram orçamentos participativos e permanecem com os programas ativos atualmente, razão pela qual integrarão o campo da pesquisa. Já a cidade de Sapé implantou o OP no ano de 2023. Por se tratar de um município próximo à região do

campus IV, com um número significativo de pesquisas realizadas em meio aos diferentes cursos do CCAE na cidade, optou-se também por inseri-la no campo da pesquisa.

Considerando que o objetivo da pesquisa é criar um Observatório de dados sobre Orçamentos Participativos no estado da Paraíba, ampliando uma ação de pesquisa anteriormente limitada ao município de João Pessoa, a página na internet destinada ao observatório, criada em domínio próprio para o projeto, será ajustada para que sejam disseminadas as informações dos outros municípios. A alimentação deste observatório de dados ficará a cargo da equipe responsável pela pesquisa – docente coordenador do projeto e bolsista PIBIC, tendo o suporte do Laboratório de Administração (LabAdmin), pertencente ao curso de Bacharelado em Administração do *campus* IV da UFPB.

No que diz respeito à coleta de dados para alimentar o Observatório, será realizado um mapeamento das informações disponíveis sobre os orçamentos participativos das cidades pesquisadas, de modo que seja possível gerar uma quantidade significativa de dados que permitam identificar os níveis de participação popular em cada município, o acompanhamento das demandas prioritárias por região orçamentária, as demandas atendidas, reprimidas e aquelas atualmente solicitadas. Tais dados permitirão elaborar um panorama das obras e ações empreendidas para a população a partir dos OP, bem como mapear as áreas que têm merecido maior destinação de políticas e recursos públicos municipais nessas cidades.

Cumprir destacar que a obtenção dos dados necessários à criação e alimentação do Observatório de dados sobre Orçamentos Participativos no Estado da Paraíba ocorrerá a partir da busca de informações disponíveis nos websites das prefeituras municipais, assim como por meio dos portais da transparência dessas cidades. É mister ressaltar também que não serão solicitados ou disponibilizados dados considerados sensíveis, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que se constituem em dados “que revelam origem racial ou étnica, convicções religiosas ou filosóficas, opiniões políticas, filiação sindical, questões genéticas, biométricas e sobre a saúde ou a vida sexual de uma pessoa” (SERPRO, 2022, não paginado). Isto porque a obtenção ou disponibilização de tais dados não encontra justificativa diante dos objetivos da pesquisa.

Com relação à abordagem do problema da pesquisa, esta será de natureza quantiquantitativa. Nesse sentido, os dados relativos aos índices de participação social ao longo dos ciclos do OP, assim como os dados referentes ao percentual de demandas eleitas por região, bem como o atendimento a estas demandas, serão apresentados por meio de frequências – absoluta e relativa – e médias, com auxílio da representação dos resultados em gráficos – histogramas, gráficos de linhas e gráficos em pizza. A escolha por tais técnicas de tratamento estatístico de dados se deu devido à maior facilidade de sua compreensão por parte dos diferentes públicos que poderão acessar as informações disponíveis no Observatório e fazer uso delas.

As informações relativas ao histórico dos orçamentos participativos, à constituição de políticas públicas municipais e à categorização de demandas serão analisadas a partir da abordagem proposta por Bardin (2011), que permite a criação de categorias para o tratamento das informações coletadas.

Ressalte-se que a implementação deste projeto se dará a partir da execução de um plano de trabalho, com ações voltadas para a obtenção de informações sobre o histórico do OP nas cidades de Jacaraú, João Pessoa, Pedro Régis e Sapé, além de dados referentes às demandas eleitas, atendidas e reprimidas em cada região, evidenciando, assim, as informações relativas à participação popular nas cidades pesquisadas.

As ações propostas no plano de trabalho serão subsidiadas pelos pilares do ensino e da extensão, em sinergia com a pesquisa, notadamente quanto aos aspectos relacionados à garantia de acesso à informação, à participação popular pautada no controle social, à disponibilização das informações públicas e aos elementos necessários à adoção de uma gestão pública participativa, temas trabalhados em diferentes componentes curriculares do curso de graduação em Administração e em projetos de extensão do *campus* IV da UFPB.

4 RESULTADOS PARCIAIS

A pesquisa, que se encontra em andamento, apresenta resultados do primeiro levantamento realizado nos espaços informacionais onde deveriam constar os dados sobre os OP de cada cidade investigada: os websites das prefeituras municipais.

Assim, a partir de uma análise preliminar nos websites das prefeituras municipais de Jacaraú, João Pessoa, Pedro Régis e Sapé, cidades paraibanas que possuem orçamentos participativos, observou-se que são apresentadas informações sobre estes Programas, mas apenas no formato de notícias. Tais informações são veiculadas junto a outras notícias de secretarias municipais específicas, a exemplo das secretarias de Infraestrutura, de Finanças e da Participação Popular. Entretanto, não foi identificado, nestes espaços informacionais, um local específico para tratar dos orçamentos participativos.

Observou-se ainda que a divulgação de notícias sobre os OP nestas cidades não segue o mesmo padrão. Assim, no website da Prefeitura Municipal de João Pessoa, por exemplo, podem ser encontradas notícias sobre a realização de assembleias regionais, composição da equipe do Programa Você Prefeito e um mapa das regiões orçamentárias do município. Já nos websites das prefeituras municipais de Jacaraú e de Pedro Régis, são apresentadas apenas notícias sobre a realização das assembleias regionais.

É importante destacar que nestas cidades os OP já são executados há pelo menos três anos, razão pela qual a gestão destes Programas já possui um conjunto de dados significativos que permitam a criação de indicadores de participação popular. Tais indicadores podem revelar os níveis de participação dos cidadãos nas assembleias regionais, as demandas escolhidas em cada região, o percentual de atendimento destas demandas, além de indicadores financeiros relativos ao orçamento destinado ao atendimento das demandas eleitas.

Já no município de Sapé, a implantação do orçamento participativo se deu no ano de 2023, razão pela qual foram encontradas apenas notícias sobre a realização da primeira assembleia regional, sendo impossível o estabelecimento de indicadores de participação popular antes de encerrado o primeiro ciclo.

Diante do exposto, excetuando-se a cidade de Sapé, que vivencia o primeiro ciclo do orçamento participativo no ano de 2023, as demais cidades onde foi realizada esta investigação preliminar já possuem um histórico de demandas escolhidas pelas comunidades para atendimento pelo OP. Contudo, os websites das prefeituras municipais destas cidades não apresentam qualquer informação sobre essas demandas, nem a discriminação do percentual de atendimento destas.

Tal lacuna informacional oportunizou a continuidade desta pesquisa, iniciada no ano de 2022, tendo como elemento norteador a problemática constituída a partir da ausência de um espaço informacional próprio para reunir e disponibilizar informações sobre orçamentos participativos desenvolvidos no estado da Paraíba.

Cumprido destacar que para a execução da pesquisa, vem sendo realizado periodicamente um levantamento junto às Prefeituras Municipais de cada uma das cidades investigadas, por meio do portal da transparência. Os dados já enviados estão sendo compilados, para posterior divulgação no Observatório de dados, segmentados por município.

É o caso da cidade de João Pessoa/PB, em que já foram obtidos dados sobre participação popular nas assembleias regionais e distribuição das demandas solicitadas por cada comunidade em ciclos anteriores. Tais informações já estão disponíveis no Observatório de dados, separadas por grupos, como pode ser visto na figura 1.

Figura 1 – Informações disponíveis sobre o OP de João Pessoa



Fonte: www.participajampa.com (2023).

De modo mais específico, os índices de participação popular foram demonstrados por meio de gráficos, indicando o número de participantes nas assembleias regionais e de conselheiros eleitos, considerando-se os dados informados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. Como ilustrado na figura 2, optou-se por gráficos de colunas, por permitirem a fácil visualização desses dados.

Figura 2 – Informações sobre participação popular na cidade de João Pessoa



Fonte: www.participajampa.com (2023).

Espera-se ainda obter uma quantidade significativa de dados que permita a criação de indicadores de participação popular em todos os municípios, além de indicadores relativos às demandas apresentadas em cada cidade. A criação destes indicadores será capaz de contribuir com a identificação de possíveis fragilidades e aspectos a serem melhorados nesses programas, assim como poderá contribuir com as pesquisas acadêmicas que vêm sendo realizadas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 05 jun. 2023.

CARLOS, E. **Controle social e política redistributiva no Orçamento Participativo**. Vitória: EDUFES, 2015.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Acesso à informação pública**. Uma introdução à Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília-DF, 2011. Disponível em: <http://www.acessoinformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoinformacao.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

FERNÁNDEZ-FALERO, M. R. et al. Comunicación política de los ayuntamientos a través de sus webs: Caso de Extremadura. **El profesional de la información**, v. 26, n. 3, p. 404-410, mai./jun. 2017.

FNEM. Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas. **Região Metropolitana do Vale do Mamanguape (PB)**. [recurso online]. 2018. Disponível em: <https://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-mamanguape-pb/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

GUTIÉRREZ, F. J. H. et al. Transparencia en el sector público a través de salas de prensa online. Gestión de recursos colectivos y su información en webs municipales de Castilla y León. **El profesional de la información**, v. 26, n. 3, p. 404-410, mai./jun. 2017.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO; C. R. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PARTICIPA JAMPA. **Observatório de Dados de Orçamentos Participativos do Estado da Paraíba**. Disponível em: www.participajampa.com. Acesso em: 12 dez. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAEGER, M. M. M. T.; PINHO NETO, J. A. S. Diretrizes para a implantação da gestão da informação e do conhecimento no orçamento participativo de João Pessoa/PB. **Revista Gestão e Organizações**, v. 5, Edição Especial, 2020.

SANTOS, B. S. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 455-559.

SERPRO. **O que são dados sensíveis, de acordo com a LGPD**. 2022. Disponível em <<https://www.serpro.gov.br/lgpd/menu/protecao-de-dados/dados-sensiveis-lgpd>>. Acesso em 14 jun. 2023.